



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº10/2025

Período: 05/04/2025 a 11/04/2025

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Supremo Tribunal Federal antecipou o julgamento do segundo núcleo golpista
- 2- Coronel da reserva foi indiciado em um Inquérito Policial Militar por criticar o Exército
- 3- 40 anos da redemocratização I: jornal relembrou fatos da vitória de Tancredo Neves
- 4- 40 anos da redemocratização II: Tarso Genro fala sobre a redemocratização e seus impactos na atualidade
- 5- Coluna opinativa relembrou homenagem aos pracinhas sorocabanos
- 6- Levantamento traçou o perfil das vítimas da ditadura militar
- 7- Em manifestação com Bolsonaro, pastor criticou as Forças Armadas
- 8- Manifestantes promoveram homenagem a vítimas da ditadura e da violência policial em São Paulo
- 9- Expulsão de primeiro militar por ataque do 8 de janeiro
- 10- Ministério Público Federal pede indenização para indígenas vítimas da ditadura
- 11- Governo decide sigilo de cinco anos quanto à lista de passageiros em aviões emprestados pela FAB

1- Supremo Tribunal Federal antecipou o julgamento do segundo núcleo golpista
Os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram a antecipação pelo Supremo Tribunal Federal do julgamento do segundo núcleo golpista, acusado de ser o responsável por articular ações para possibilitar o golpe de Estado, depois das eleições presidenciais, em outubro de 2022. Inicialmente agendado para os dias 29 e 30/04/2025, o julgamento foi antecipado para o dia 22/04/2025. Segundo os jornais, neste julgamento, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), composta pelos ministros Cristiano Zanin, Cármen Lúcia, Flávio Dino, Luiz Fux e Alexandre de Moraes, analisa a denúncia apresentada pela Procuradoria Geral da República (PGR) contra seis acusados por tentativa de golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, envolvimento em organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. Dentre os que integram o núcleo dois da trama golpista estão o general Mário Fernandes, ex-secretário geral da Presidência da República, e o coronel Marcelo Costa Câmara, ex-assessor da Presidência da República. Segundo o jornal *Correio Braziliense*, enquanto o primeiro foi mencionado por ser o interlocutor

entre grupos radicais das Forças Armadas e manifestantes nos acampamentos diante dos quartéis do Exército, e responsável por exercer pressão sobre o comandante do Exército para aliar-se ao golpe, o segundo ficou encarregado de coordenar o monitoramento e a neutralização de autoridades públicas. Além disso, a denúncia da PGR incluiu Silvinei Vasques, ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF); Filipe Martins, ex-assessor de Assuntos Internacionais da Presidência da República; Marília Ferreira de Alencar e Fernando de Souza Oliveira, ex-integrantes do Ministério da Justiça. Caso a acusação seja aceita pela Corte, os denunciados serão considerados réus e passarão a responder um processo no STF. O jornal *Correio Braziliense* noticiou em reportagem que o ministro do STF, Alexandre de Moraes, autorizou a visita de 24 parlamentares ao general Walter Braga Netto, detido na Vila Militar do Rio de Janeiro desde dezembro de 2024 por tentativa de interferência nas investigações do plano de golpe. A decisão de Moraes atende ao pedido dos parlamentares Izalci Lucas (PL) e Sóstenes Cavalcante (PL). (*Correio Braziliense – Política – 05/04/25*; *Correio Braziliense - Política - 11/04/25*; *Folha de S. Paulo – Política – 05/04/25*; *O Estado de S. Paulo – Política – 05/04/25*)

2- Coronel da reserva foi indiciado em um Inquérito Policial Militar por criticar o Exército

Em coluna publicada pelo periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Fábio Zanini destacou o indiciamento do coronel da reserva Rubens Pierrotti Jr. em um Inquérito Policial Militar aberto em razão de suas críticas ao Exército, realizadas em entrevista ao canal de Youtube *Tramonta News*. Na ocasião, em novembro de 2024, o militar disse existir dois grupos na corporação: os legalistas e os golpistas. Segundo Pierrotti Jr., os apoiadores do golpe representavam entre 80% a 90% dos oficiais do Exército, enquanto que o outro grupo foi definido como oportunista, uma vez que não apoiava o golpe, porém, não contestava as articulações. Nesse último grupo, o referido coronel incluiu o Alto Comando do Exército, tendo criticado também os gastos com o Superior Tribunal Militar, o qual possui uma carga horária de trabalho menor que a do Supremo Tribunal Federal, apesar de dispor de quatro membros a mais. O coronel da reserva também discorreu sobre a incompatibilidade da Justiça Militar, formada por 80% do colegiado de primeira instância sem graduação em Direito: "Está o sonho dos generais quatro estrelas, que não têm nem formação jurídica e estão lá como? Ministros dando a última decisão nos casos criminais". Segundo informado pelo Centro de Comunicação Social do Exército, o objetivo da abertura do inquérito foi apurar se o coronel cometeu crime militar. (*Folha de S. Paulo – Colunas e blog – 05/04/25*)

3- 40 anos da redemocratização I: jornal relembrou fatos da vitória de Tancredo Neves

Em reportagem especial sobre os 40 anos da democracia, o jornal *Correio Braziliense* relembrou alguns fatos que levaram à vitória de Tancredo Neves (PMDB) na eleição indireta para Presidente da República, em 1984. De acordo com o jornal, o livro "Memória viva do regime militar - Brasil: 1964-1985" traz observações do ex-ministro do Planejamento do governo de Castelo Branco (1964-1967), Roberto Campos, sobre a situação dos militares naquele momento.

Campos acreditava que os militares se sentiam fracassados e que a redemocratização teria eliminado autoritarismo político no país. Embora Tancredo fosse visto tanto pelos apoiadores do regime militar como pela oposição como um bom candidato para concorrer à presidência, ainda se fazia necessária uma aliança democrática, que resultou em José Sarney como seu vice. Além disso, o jornal apontou que, como o presidente da época, general João Figueiredo (1979-1985), dava a entender que não planejava conduzir sua sucessão, o Partido Democrático Social (PDS) planejou uma lista de possíveis pré-candidatos, onde estava Mário Andreazza, coronel da reserva do Exército, que não tinha o apoio de Figueiredo e nem do ex-presidente general Ernesto Geisel (1974-1979). O jornal destacou que após um comício de Tancredo Neves em Goiânia (GO), em 21/09/1984, o alto comando das Forças Armadas se reuniu para analisar a corrida sucessória, desejando obter o aval para prorrogar o mandato de João Figueiredo; no entanto, a ideia foi sepultada. (Correio Braziliense – Política – 06/04/25)

4- 40 anos da redemocratização II: Tarso Genro fala sobre a redemocratização e seus impactos na atualidade

Em entrevista para o jornal *Correio Braziliense*, o ex-ministro da Justiça, Tarso Genro (PT), discorreu sobre a redemocratização, processo em que teve ativa participação, uma vez que era considerado uma força da esquerda brasileira e um forte crítico não só do regime militar (1964-1985) como também do modelo de transição combinado entre os setores militares e das elites políticas. O ex-ministro afirmou que a transição foi um processo conciliado que poderia ter vestígios do passado e caminhos para o futuro. Em sua visão, a transição conservadora foi imperfeita, mas evitou uma guerra civil, gerando um resultado muito positivo que foi a Constituição de 1988. Segundo Genro, as Forças Armadas participaram historicamente do processo político brasileiro, desde a formação da República. Além disso, o entrevistado avaliou que a ausência de responsabilização dos crimes cometidos na ditadura contribuiu para uma cultura autoritária em instituições brasileiras, como as Forças Armadas. Segundo o ex-ministro, ainda há uma influência militar na política e será necessário reconsiderar e reestruturar o papel das Forças Armadas e a visão da segurança de Estado frente às situações que ameaçam o regime democrático. Com relação à Constituição de 1988, Genro pontuou que ela abriu uma possibilidade para a reforma do Estado, mas que o papel das Forças Armadas não foi alterado e que, em sua avaliação, isso fez com que a sociedade enxergasse como um poder moderador. No entanto, pontuou que houve um avanço significativo em relação ao comportamento da sociedade brasileira e das instituições frente à tentativa de golpe contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O entrevistado lembrou que durante sua atuação como ministro da Justiça, em discussões sobre a transição e a possível reversão da não punição aos torturadores, foi possível identificar que enquanto os torturadores foram anistiados, os delitos políticos cometidos pela esquerda não foram anistiados plenamente. Sobre a recente tentativa de golpe de Estado, Genro avaliou que, mesmo que o golpe ocorresse, os golpistas não conseguiriam se manter no poder, uma vez que quem estava no comando estava completamente desmoralizado nas Forças Armadas e não tinha apoio político. Ainda pontuou que essa tentativa foi um vestígio da ideologia da extrema-direita do golpe de 1964 e celebrou o papel das Forças Armadas na

ocasião, uma vez que determinados setores rejeitaram o golpe e demonstraram que algo mudou dentro da instituição. (Correio Braziliense – Política – 06/04/25)

5- Coluna opinativa relembrou homenagem aos pracinhas sorocabanos

Em coluna opinativa para o jornal *Correio Braziliense*, o historiador Jaime Pinsky relembrou a homenagem de estudantes aos pracinhas sorocabanos pela participação na Segunda Grande Guerra, lutando contra o nazifascismo. Com a ditadura militar, os estudantes buscavam uma maneira de ter a liberdade de ir à faculdade e dar aulas em escolas. No ano de 1965, em uma de suas comissões foi dada a ideia de conversar com o coronel de plantão na cidade para que pudessem continuar com suas atividades sem correr o risco de serem presos. Na ocasião, sugeriram realizar uma homenagem aos pracinhas sorocabanos por sua luta contra o fascismo e nazismo, uma vez que a Segunda Guerra completava 20 anos naquele ano, além de que era uma importante participação do Exército brasileiro. Além disso, a entrega dos diplomas aos ex-soldados seria pública. Pinsky relembrou que a homenagem aconteceu no salão nobre do Gabinete de Leitura no centro de Sorocaba, cidade do interior do estado de São Paulo, reunindo civis, militares e estudantes. O colunista reiterou que, ao fim disto, além do público poder aprender com o que ocorreu no evento, os estudantes puderam voltar a escrever para a coluna de jornais. (Correio Braziliense – Opinião – 06/04/25)

6- Levantamento traçou o perfil das vítimas da ditadura militar

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, uma análise realizada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania que utilizou o relatório final da Comissão Nacional da Verdade apresentou o perfil das vítimas da ditadura militar (1964-1985) no Brasil. Segundo o *Estado*, “A maioria dos mortos e desaparecidos durante a ditadura militar brasileira é formada por jovens estudantes ligados a organizações políticas e que viviam nas capitais”. Alguns episódios destacados são foram o ataque à sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), o assassinato do estudante Edson Luís dentro de um restaurante durante uma manifestação, e as prisões no Congresso de Ibiúna. O levantamento de dados engloba o período de 1946 a 1988 e aponta que 12 assassinatos resultado da atuação do Estado brasileiro ocorreram antes do golpe militar de 1964. Oficialmente, 434 mortes e desaparecimentos políticos são reconhecidos pelo governo brasileiro. Entretanto, Eugênia Gonzaga, presidente da Comissão Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, acredita que o número pode passar de 10 mil pessoas, contando com indígenas e trabalhadores do campo. No início do regime, entre 1964 e 1968, registrou-se 51 mortes e desaparecimentos, que segundo o Ministério dos Direitos Humanos foi um período de consolidação do aparato repressivo. Com a instauração do Ato Institucional n.º 5 (AI-5) veio o período mais violento do regime. De 1969 a 1978, houve 351 mortes – 40,5% das reconhecidas pela Comissão Nacional da Verdade. Enquanto de 1979 e 1985, quando ocorreram as negociações para abertura política, registrou-se 20 casos, o que é avaliado pelo Ministério como sinal de que “a repressão persistiu até os momentos finais do regime”. O jornal *Folha de S. Paulo*, reportando o mesmo estudo, informou que historiadores afirmaram a necessidade de problematizar os dados da Comissão Nacional da

Verdade, declarando que os números são maiores do que as conclusões. O periódico também reportou que especialistas afirmam que o real perfil das vítimas deve ser mais amplo do que o explicitado pelo estudo, que refletem um “equivoco metodológico” da Comissão. Em outra reportagem, o *Estado* destacou o desaparecimento da diretora de teatro Heleny Guariba, que tem sua trajetória narrada nos textos reunidos por José Armando Pereira da Silva na obra “Heleny Guariba, Destinos Sequestrados”. Segundo o jornal, em razão do envolvimento com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), grupo que reunia nacionalistas, socialistas e comunistas para lutar contra o regime, Heleny foi presa e torturada em 1970, conseguiu liberdade provisória em 1971. Entretanto, no mesmo ano, acompanhada por Paulo de Tarso Celestino da Silva, dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN), Heleny foi presa novamente e levada à Casa da Morte, em Petrópolis. Heleny faz parte da lista de 210 desaparecidos políticos até hoje. (O Estado de S. Paulo – Política – 06/04/25; Folha de S. Paulo - Política - 08/04/25)

7- Em manifestação com Bolsonaro, pastor criticou as Forças Armadas

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o pastor Silas Malafaia proferiu duras críticas ao Alto Comando do Exército em seu discurso na manifestação pró-anistia realizada na cidade de São Paulo no dia 06/04/2025, com a presença do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, e outros seis governadores. Ao se referir à falta de reação em relação à prisão de militares – como o ex-ministro da Defesa, general da reserva Walter Souza Braga Netto, detido por suspeita de tentar interferir em investigações da Polícia Federal –, Malafaia teria chamado os generais de frouxos e omissos. Em outra reportagem, a *Folha* reportou que Bolsonaro disse concordar com as críticas do pastor. Entretanto, o ex-vice presidente da República e atual senador, general Hamilton Mourão, chamou Malafaia de “falastrão” e disse que ele se aproveitou do evento para ofender a alta cúpula do Exército. (Folha de S. Paulo - Política – 07/04/25; Folha de S. Paulo – Política – 08/04/25).

8- Manifestantes promoveram homenagem a vítimas da ditadura e da violência policial em São Paulo

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, manifestantes de esquerda promoveram no dia 06/04/2025, na zona sul de São Paulo, a Caminhada do Silêncio, ato em memória às vítimas da ditadura militar e da violência policial. A passeata, que contou com a presença Vera Paiva, filha do ex-deputado Rubens Paiva, também reivindicou o fim da anistia dada a criminosos na ditadura e a prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro, investigado por tentativa de golpe de Estado. (Folha de S. Paulo - Política - 07/04/25)

9- Marinha avalia expulsar primeiro militar por participação nos ataques do 8 de janeiro

De acordo com o jornal *Folha S. Paulo*, a Marinha está na fase final do processo disciplinar que apura a participação do mergulhador suboficial de reserva Marco Antonio Braga Caldas nos ataques de 8 de janeiro de 2023. Tal processo pode resultar na expulsão do primeiro militar das Forças Armadas por envolvimento

no episódio golpista. O periódico relatou na Marinha tomou providências após o Supremo Tribunal Federal (STF) condenar Caldas a 14 anos de prisão por crimes contra a democracia. A previsão é que o Conselho de Disciplina finalize o julgamento no mês de maio, decidindo o suboficial permanece vinculado à instituição. Caso condenado, as reverberações posteriores seriam de transferência do local de cumprimento de pena, sendo enviado a presídio comum ao invés de permanecer em unidade militar. Além disso, sua aposentadoria seria repassada à família. O jornal também informou que Caldas foi preso dentro do Palácio do Planalto, tendo seu celular apreendido ainda no dia 8 de janeiro pela Polícia Federal. Segundo o apurado, ele teria se alojado nos acampamentos em frente ao Quartel General do Exército e seguido os possíveis golpistas até a Praça dos Três Poderes, em Brasília, onde, de acordo com vídeos coletados em seu celular, participou ativamente da depredação do patrimônio público. (Folha de S. Paulo - Política - 09/04/25)

10- Ministério Público Federal pede indenização para indígenas vítimas da ditadura

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação civil pública na Justiça Federal, no dia 28/03/25, solicitando reparação indenizatória por um etnocídio sofrido pelos povos indígenas Krenak em Resplendor, estado de Minas Gerais, durante a ditadura militar (1964-1985). A ação narra a situação a qual as aldeias da região foram submetidas durante o período, com os povos Krenak sendo expulsos de seu território original, viajando cerca de três meses para se assentarem na aldeia de Vanuíre, no interior de São Paulo. Além disso, no território tradicional foi construído o Reformatório Krenak, em 1969, lugar onde a violência foi institucionalizada e documentada em vídeos e fotos, que mostravam que o local era usado para torturas, trabalho forçado e prisões arbitrárias. Um dos registros, segundo a *Folha de S. Paulo*, e que consta nos autos, é de um indígena preso em um pau de arara durante as cerimônias oficiais do governo na região. De acordo com o periódico, tais violências foram perpetradas pela Guarda Rural Índigena, com gerenciamento da Fundação Nacional do Índio e de outras autoridades. O MPF solicita uma reparação coletiva de R\$ 10 milhões para os indígenas expulsos do território original, além do pagamento individual de R\$ 50 mil para 22 indígenas. (Folha de S. Paulo – Política – 09/04/25)

11- Governo decide sigilo de cinco anos quanto à lista de passageiros em aviões emprestados pela FAB

O periódico *Folha de S. Paulo* reportou que, desde 2023, o governo federal começou a emprestar aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) ao Supremo Tribunal Federal (STF) para o transporte de ministros da Corte, afirmando questões de segurança após os ataques de 8 de janeiro de 2022. A reportagem noticiou que a lista de passageiros desses voos foi colocada em sigilo por cinco anos. Anteriormente, apenas o presidente do STF tinha acesso regular a aviões oficiais; os outros ministros costumavam pegar caronas em voos de outras autoridades. Essa decisão gerou críticas devido à falta de transparência. A *Folha* ressaltou registros de pelo menos 154 viagens de ministros até fevereiro de 2025, destacando o exemplo do ministro Alexandre de Moraes, que

frequentemente faz o trajeto entre Brasília e São Paulo. Em uma das viagens, Moraes voou na véspera de assistir a um jogo de futebol. O jornal avaliou que membros do STF tem utilizado lacunas nas normas da FAB para justificar o transporte de outros ministros além do presidente da Corte. Em abril de 2024, o Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou que os detalhes dos voos fossem mantidos em sigilo, alegando questões de segurança. Entretanto, organizações que promovem a transparência têm questionado essa decisão, afirmando que o sigilo prejudica o controle social e a prestação de contas, especialmente em relação a voos que já ocorreram. Em uma nota oficial, tanto o STF quanto o Ministério da Justiça ressaltaram que os voos estão em conformidade com a legislação e são motivados por ameaças sérias contra os ministros. Procurado pela *Folha*, o Ministério da Defesa não se manifestou sobre os voos solicitados por outros órgãos. (Folha de S. Paulo - Política - 10/04/25)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Isabelle Costa

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação

Brenda Rodrigues de Carvalho

Camila Mika Ozassa Sawada

Duany Ferreira

Iaritsa Jade Lima Freitas

Isadora Helena Caleguer Figueiredo
Julia Helena Esmeraldo
Letícia Pereira de Lima
Lucas Biagini Muniz e Borges
Manuela Zelira de Menezes Torres
Maria Luiza de Barros Costacurta
Maria Luiza Garcia Rabelo
Mariana Amaro Gonçalves Silva
Mariana Sala